

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

### **PROJETO DE LEI N.º 61, DE 2011**

**(Do Sr. Otavio Leite)**

Institui mecanismo tributário através do Imposto de Renda Pessoa Física, para fins de estímulo à aquisição de casa própria por contribuinte, desde que, exclusivamente destinada para sua moradia.

**Autor:** Deputado OTAVIO LEITE

**Relator:** Deputado ROBERTO BRITO

### **VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA BRUNA FURLAN**

Encontra-se sob análise a proposição acima referida que trata da implantação de mecanismo tributário para facilitar a aquisição de casa própria, em atendimento ao direito social à moradia, garantido pelo art. 6º, *caput*, da Constituição Federal, bem como para estimular o setor da construção civil. Segundo a proposta, o contribuinte, pessoa física, poderá deduzir da base de cálculo do seu imposto de renda, na declaração de ajuste anual, os pagamentos efetuados durante o ano-base por compra de imóvel destinado exclusivamente à moradia própria, desde que seja o seu único imóvel.

O Autor defende a iniciativa argumentando que é necessário garantir o acesso à moradia, particularmente às pessoas de renda mais baixa, e que o incentivo à construção civil gera reflexos positivos na geração de postos de trabalho e no aumento de arrecadação de impostos e contribuições em todos os níveis de governo.

É louvável a preocupação do ilustre Autor com a questão do acesso à moradia. Segundo estudo realizado pela Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades, com base nos dados do Censo, o déficit habitacional básico no Brasil alcançava cerca de 5,9 milhões de unidades. Para o referido estudo, define-se déficit habitacional básico como o montante de novas habitações necessário para atender os casos de coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos. Registre-se, a propósito, que mais de 90% desse montante diz respeito a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.

Sabemos que, para essas famílias, o acesso à moradia depende de subsídio, pois elas não conseguem arcar com todos os custos financeiros decorrentes de um financiamento. Afinal, como bem apontou o Autor em sua justificação, a renda média da população, especialmente das classes menos favorecidas e da classe média brasileira não vem acompanhando o crescimento dos fatores que oneram o desenvolvimento imobiliário nos grandes centros urbanos brasileiros. Embora em certos casos esse subsídio tenha que corresponder praticamente ao valor total do imóvel, em outros a família precisa apenas de um apoio para conseguir pagar as prestações até o final do financiamento.

É precisamente nessa hipótese que a proposição ora em exame se torna útil. Ao permitir que o adquirente, pessoa física, de unidade habitacional em regime de financiamento deduza da base de cálculo do seu imposto de renda, na declaração de ajuste anual, os pagamentos efetuados durante o ano-base por compra do imóvel, a proposta traz um enorme benefício para as famílias assalariadas de baixa renda. Com essa dedução, as famílias passam a comprometer um percentual menor da sua renda com a aquisição do imóvel, facilitando o financiamento.

Para evitar que a medida dê margem a utilizações indevidas, a proposta estabelece que o adquirente somente pode usufruir do subsídio se o

imóvel for o único de sua propriedade e destinado à moradia própria. Ademais, se o contribuinte deixar de utilizar o imóvel como sua residência ou de seus dependentes, dentro do prazo de cinco anos, contados da data da aquisição, ou alienar o imóvel no mesmo prazo, ele perderá, no todo, o direito à dedução. Nessa hipótese, sobre os valores deduzidos incidirão multa de 30% e demais encargos legais.

Sabemos que toda proposta de subsídio que implique renúncia de receita, tem implicações em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois deve ser apontado o impacto orçamentário e financeiro do benefício e, eventualmente, as medidas de compensação necessárias. Por essa razão, a proposta prevê que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal decorrente da futura lei e o incluirá no demonstrativo que acompanha a legislação orçamentária anual.

Diante do exposto, naquilo que compete a esta Comissão analisar, apresentamos nosso voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 61, de 2011.

Sala da Comissão, em                      de julho de 2011.

Deputada BRUNA FURLAN